

A ARQUITECTURA SAGRADA DA IDADE MÉDIA

AUGUSTO FUSCHINI





Título

A Arquitectura Sagrada da Idade Média

Autor

Augusto Fuschini

Imagem

Gárgula do Mosteiro da Batalha
que simboliza o renascimento

Capa, Grafismo, Paginação e Arte final

Apeiron-GraphicPrint

Março 2018

ISBN 978-989-8447-75-3

Projecto Apeiron - Apeiron edições

www.apeiron-edicoes.com

apeiron.edicoes@gmail.com

À Minha Filha
Octavia Fuschini de Lima Mayer

BIOGRAFIA

Augusto Fuschini

Nasceu em Lisboa por volta do ano de 1843. Foi engenheiro civil, vogal do conselho dos monumentos nacionais, ministro de estado honorário, deputado, etc. Foi um dos estudantes mais laureados do seu tempo, em Matemática, na Universidade de Coimbra, e fez o curso de engenheiro com toda a distinção. Desempenhou as funções de engenheiro distrital e as de chefe de serviço da Companhia Real dos Caminhos-de-ferro. A sua entrada na política data de 1881, ano em que venceu uma grande campanha eleitoral para ser deputado pelo círculo de Belém. Filiou-se no partido regenerador, mas depois da morte do chefe desse partido, António Maria Fontes Pereira de Melo, acompanhou o falecido estadista Barjona de Freitas para o grupo político, que ele criara, *Esquerda dinástica*, que teve pouca duração, não chegando a exercer sensível preponderância na política. Declarou-se então independente, entrando para a *Liga liberal*, a que prestou bons serviços.

Professando opiniões socialistas, tem-nas sustentado com grande desassombro, quer no parlamento, discutindo assuntos que se prendem com a economia do país, quer na imprensa, onde tem defendido com energia a causa do operariado, a que consagrou especial simpatia, existindo em diferentes cidades cooperativas de consumo com o nome do ilustre parlamentar. Quando em 1893 caiu o ministério presidido pelo Sr. conselheiro Dias Ferreira, foi encarregado de organizar novo gabinete o Sr. conselheiro Hintze Ribeiro, e o Sr. Augusto Fuschini foi convidado a encarregar-se da

pasta do ministério da Fazenda. Estando afastado da política e professando opiniões avançadas, especialmente sob o ponto de vista social e económico, a sua entrada para o ministério causou geral surpresa. Pela vastidão dos seus conhecimentos económicos, e pelas apreciações publicas que tinha feito do estado do país, quer sob o ponto de vista da sua política interna e externa, quer a respeito das suas finanças, houve um movimento de interesse e curiosidade, esperando que o novo estadista convertesse em factos as teorias que vinha sustentando.

A sua passagem pelo poder foi rápida, saindo do ministério por circunstâncias que ele largamente expôs no seu livro *Liquidações Políticas*, que publicou em 1896. Apesar das suas dissidências políticas tem sido deputado, tomando parte nas discussões dos assuntos mais importantes, especialmente nas questões económicas. Quando se agitou no país a questão do convénio com os credores externos, realizou no Porto umas conferências públicas, fazendo afirmações que foram largamente discutidas na imprensa e no parlamento, dando lugar aos sucessos ocorridos na câmara electiva em 1902, entre ele e o deputado e antigo ministro, o Sr. conselheiro João Marcelino Arroio; sucessos narrados com todos os detalhes nos jornais de então. Desde esta época, o Sr. conselheiro Augusto Fuschini não se tem salientado nas discussões parlamentares, mas entregando-se aos estudos artísticos, tem dirigido a reconstrução da Sé de Lisboa, e em 1904 publica esta interessante obra de arte e de literatura que agora disponibilizamos ao nosso leitor.

ÍNDICE

Introdução	8
------------	---

PRIMEIRA PARTE

Origens da arquitectura cristã

Capitulo I – A luta entre o paganismo e o cristianismo	19
Capitulo II – Os três primeiros séculos do cristianismo	30
Capitulo III – As invasões dos bárbaros	44

SEGUNDA PARTE

Os estilos cristãos primitivos – V século ao X século

Capitulo I – Espírito e caracteres do Estilo Latino	52
Capitulo II – Espírito e caracteres do Estilo Bizantino	70
Capitulo III – A acção recíproca dos dois estilos cristãos primitivos	87

PARTE TERCEIRA

Os estilos cristãos definitivos – X século ao XV século

Capitulo I – Síntese social dos séculos XI e XII	103
Capitulo II – Espírito e caracteres do Estilo Românico	118
Capitulo III – A Sé Patriarcal de Lisboa e a sua restauração	137
Capitulo IV – Síntese social do século XIII	163
Capitulo V – Espírito e caracteres do Estilo Ogival	175
Capitulo VI – O Estilo Ogival entre nós	192

PARTE QUARTA

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha

Capitulo I – Origens e construção do mosteiro	212
Capitulo II – O estilo arquitectónico do mosteiro	221
Capitulo III – As épocas da construção do mosteiro	236
Capitulo IV – Descrição geral dos edifícios da primeira época	244
Capitulo V – Relação dos arquitectos e dos mestres	269

INTRODUÇÃO

As noções fundamentais do nosso espírito são absolutamente indefiníveis. Sentem-se; nada mais. Se lhe procurarmos a definição, caíremos em simples labirintos de palavras, consistindo, quase sempre, em verdadeiros círculos viciosos. Tomemos, por exemplo, o espaço e o tempo, noções bem fundamentais.

O que é o espaço? É o meio, sem limites, onde existem em contínuo movimento todos os corpos; o que equivale a dizer que o espaço é o espaço.

O que é o tempo? É a série indefinida de momentos, durante os quais se realiza a sucessão dos factos físicos e morais; o que equivale a dizer que o tempo é o tempo.

Assim, parece que as ideias ou noções fundamentais têm o singular carácter de ser facilmente compreensíveis pela inteligência humana, sem que ela tenha palavras rigorosas ou frases perfeitas, para as definir com suficiente clareza.

Dados o espaço e o tempo, a matéria e o espírito em perpétuo movimento produzem a totalidade dos factos e fenómenos físicos e morais, constituindo o Universo, que sem as primeiras noções seria absolutamente impossível e incompreensível.

Pouco nos importa saber, neste momento, se a matéria e o espírito coexistem, ou se o espírito é apenas um atributo da matéria, organizada segundo leis desconhecidas. Os fenómenos passam-se como se fossem distintos; deixemos, pois, a investigação deste problema, que aliás parece insolúvel, aos metafísicos e aos teólogos.

O que podemos considerar quase certo é que a matéria em movimento nos dá as noções exactas do espaço e do tempo; e o

espírito em actividade nos dá, também, as noções claras do bem, do belo e do justo, que são como as primeiras completamente indefiníveis na sua natureza absoluta.

Quem aprecia o tempo e o espaço? Os sentidos físicos.

Quem aprecia o bem, o belo e o justo? Esse sentido especial e perfeitíssimo, denominado consciência, a faculdade de julgar que possui a inteligência humana.

As semelhanças mostram-se ainda mais íntimas. As noções do espaço e do tempo são inseparáveis. A nossa inteligência não pode conceber uma sem a outra. O belo, o bem e o justo manifestam a mesma qualidade. São noções correlativas.

É certo que a complexidade dos fenómenos anímicos torna esta correlação menos evidente do que a primeira, mais simples e clara pela sua origem física; mas, discutindo bem e com profundidade qualquer facto de ordem anímica, chega-se a descobrir que uma destas noções do nosso espírito envolve, sempre, as outras duas em maior ou menor grau.

Assim, pois, poderemos, sem grande receio de errar, estabelecer três definições: a Arte é a expressão do belo; a Moral é a expressão do bem; o Direito é a expressão da justiça.

Ora, como as noções do nosso espírito se manifestam subordinadas a leis gerais, temos três ciências, que estudam as manifestações externas e visíveis da própria essência do espírito humano.

Eis-nos entrados no campo positivo e experimental. Um longo período histórico prova já que o nosso espírito é sucessivamente perfectível e evolutivo; não o sendo, decerto, nos princípios fundamentais, mas sim na aplicação desses princípios e na variedade

infinita de combinações, que se podem fazer com as ideias, como se obtém com as notas musicais.

Se nos fosse permittido, empregaríamos a seguinte expressão: a perfectibilidade é a lei fundamental do espírito humano, a evolução o seu método.

Convém, todavia, observar, como um facto histórico e psicológico, que a alma humana – digamos a palavra – não é perfeitamente livre no pensamento e na acção. Deixemos a teoria do Livre-Arbítrio para ser definida em Concílio.

Os astros, esses até, que estão sujeitos a leis imutáveis e matemáticas, sofrem perturbações nas respectivas órbitas, por influências ainda misteriosas algumas, outras descobertas em certos casos. Ora, sobre as leis morais as influências são variadíssimas; por isso, o astro espiritual, a Ideia, caminha sempre em determinado sentido, às vezes, com enormes desvios.

O raciocínio prevê as causas dessas grandes irregularidades e a experiência demonstra a verdade dessas previsões.

Em relação à Arte, estas causas podem grupar-se em tres grandes categorias:

1. A influência do meio natural, da atmosfera física e cósmica;
2. A influência do meio histórico, isto é, do conjunto de circunstâncias que em dado momento constituem a atmosfera social;
3. A influência do meio particular de cada indivíduo, formado pelo próprio carácter e talento, pelas suas condições dentro da sociedade e da família, ou pelo menos, dentro do pequeno grupo social, em que se executa o seu trabalho e se exerce a sua actividade.

Teremos ocasião de explicar mais tarde algumas aplicações destes princípios; mas seja-nos permitido concretizá-los um pouco mais, principalmente o primeiro.

Nas leis históricas – e a Arte tem história e leis – entre as influências, actuando obscura e vigorosamente sobre o carácter dos povos e sobre os destinos das nações, a ciência não conseguiu ainda definir bem a acção profunda dos elementos climatéricos e geográficos sobre o espírito humano; todavia, essa influência pressente-se, ou melhor prova-se e deduz-se da diversidade das raças e dos caracteres morais dos habitantes da terra.

A forma humana, como é incontestável, sofre a influência deste meio externo e às modificações dessa forma correspondem modos de ser e intensidades diferentes de inteligência. Ora, se nas linhas gerais do nosso espírito se observa a acção dos agentes climatéricos e geográficos, como a vida dos povos depende das próprias funções intelectuais e, pelo menos, em forte proporção o bem e o mal provêm do exercício da inteligência humana, não é vago pressentimento mas verdade científica a existência de leis, embora ainda não formuladas, que expliquem a correlação das ideias e das instituições dos povos com a climatologia e a geografia da zona habitada.

Na constituição de certas noções, esta influência deve ser profunda. A noção de Deus, o melhor manancial da Arte, e o grupo de ideias e de sentimentos, que em volta dela, como centro, constituem por assim dizer uma categoria do espírito humano, estão, sem dúvida, nestas condições. O exemplo é excelente.

Seja qual fôr a origem da crença no sobrenatural, derive esta crença da íntima essência da alma, provenha da revelação divina,

nasça da generalização espiritual ou material das forças naturais, funde-se na grandeza dos factos cósmicos, ou no receio dos fenómenos físicos, é indiscutível que a essência e a evolução da ideia de Deus e das fórmulas do culto externo oferecem caracteres mais ou menos harmónicos com as condições geográficas e climatéricas, que lhes serviram de ambiente.

O politeísmo guerreiro, honesto e nebuloso, dos povos setentrionais da Europa e o politeísmo grego, livre e artístico, foram concebidos em meios diferentes. As regiões ásperas e rudes do norte, onde os gelos e as tempestades, durante longo período do ano, dificultam a luta pela existência, não podiam ser habitadas pelas divindades do Olimpo.

O céu puro da Grécia, a limpidez da atmosfera jamais escurecida por tempestades terríveis, a amenidade do clima, os contornos suaves dos montes, o murmúrio poético dos pequenos rios, as frescas florestas de plátanos em vales abertos, o perfume de flores variadas, o sabor delicado dos frutos, em suma, as excelentes condições climatéricas e geográficas da Grécia permitiram ao génio popular a criação de uma família de divindades, em quem o amor sensual, o gozo físico e a beleza das formas traduziram admiravelmente a doçura das forças naturais.

As vagas enormes, revoltas e furiosas dos mares árticos não podiam gerar a beleza do Eterno Feminino. Das ondas serenas do mar Egeu, coroadas de espuma branca e transparente como finíssima renda, que vinham quebrar-se com suavidade sobre a areia dourada das costas do Peloponeso, nasceu o formoso corpo de Vénus, a expressão ideal da beleza da forma.

E, todavia, germanos e gregos eram da mesma raça, desses árias brancos e louros que dos confins da Bácia, talvez por caminhos diferentes, haviam emigrado, seguindo a trajectória do Sol, que lhes indicava profeticamente a sua grande obra, a futura civilização da Europa.

Se fizermos também estudos sobre raças diferentes, chegaremos aos mesmos resultados.

A antropomorfose da ideia de Deus é lei fundamental do espírito humano e até hoje o manancial mais rico de produtos artísticos de todas as ordens. A representação física e a definição moral da divindade derivam, sem a menor dúvida, da idealização e da generalização das qualidades físicas e psíquicas do homem. Pode haver dúvida se, conforme o Génesis, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus; é, porém, indiscutível que na constituição deste símbolo lhe demos muito da nossa forma e ainda mais do nosso espírito.

Eram politeístas as raças arianas, segundo parece. A dúvida pode nascer de que na Grécia o politeísmo pertencia às classes populares, enquanto os sábios acreditavam na Unidade do Espírito. Assim, Anaxágoras, Sócrates e a sua escola, em que floresceram os maiores sábios, filósofos, estadistas e artistas do grande século de Péricles, acreditavam na unidade de Deus; eram monoteístas.

Seja como fôr, é facil de comparar a forma e o espírito de Júpiter, do Monte Olimpo, com os de Jeová, do Monte Sinai, isto é, a concepção da divindade entre árias politeístas, os gregos, e semitas monoteístas, os hebreus.

A figura sombria e majestosa de Jeová não só era feita à imagem e

semelhança do carácter hebreu; mas reflectia, também, a grandeza melancólica da cordilheira do Líbano e das montanhas da Palestina.

Esse Espírito, vivendo fora do caos e criando a ordem entre os elementos, eternos como ele, pelo esforço da própria vontade onisciente, ora enérgico e duro, ora manso e amoroso, pedindo a Abraão o cruel sacrifício do filho e contentando-se com a oferta no templo de algumas pombas brancas, era o reflexo desse clima da Palestina, onde, umas vezes, furiosas tempestades eléctricas rasgam as caliginosas núvens e os raios fazem explodir os rochedos, soprando dos areais ardentes da Arábia, seca as plantas e prostra os homens; onde, outras vezes, os ventos frescos do Mediterrâneo, fazendo voar no céu azul bandos de núvens brancas, levam a frescura e a vida à flora tropical riquíssima das campinas da antiga Judeia.

Se apreciarmos bem a natureza essencial dos factos mitológicos, que formam a biografia lendária de Júpiter, encontraremos não o espírito ardente, sombrio e puro da divindade hebraica, mas esse carácter leviano e sensual, que define a raça helénica, pelo menos no ramo jónico. Foi ainda a acção do clima, que facetou os caracteres da raça; foram ainda estes caracteres, que se cristalizaram numa forma especial da ideia de Deus.

Quanto à influência do meio social, que poderíamos escrever que não fossem paráfrases das ideias e cópias das leis positivas, que Taine expôs, com a maior lucidez de espírito e brilhantismo de estilo, na Filosofia da arte, depois aplicada à Grécia, à Itália e aos Países Baixos?

De facto, se o meio climatérico e geográfico envolve a faceta do espírito humano, o meio social ou histórico tem ainda mais profunda

e directa influência sobre o indivíduo. Assim, pode dizer-se, em rigor, que o homem existe mergulhado numa atmosfera moral e intelectual, da qual recebe, se nos é consentida a frase, a alimentação anímica.

Ora, a acção desta atmosfera exerce-se tanto mais enérgica e activamente, quanto as manifestações intelectuais mais dependem do mundo exterior. A ciência pode até certo ponto dispensar o aplauso das multidões; a arte, pelo contrário, exige-a, porque o seu principal fim consiste em corresponder a essa necessidade do belo, que parece ser qualidade fundamental da alma humana.

Diz-se que Wronski descobriu leis matemáticas, que só poderão ser bem compreendidas em séculos futuros. Admitamos a hipótese. Afirmaremos pela nossa parte que artista algum terá a pretensão de criar primores para as gerações futuras, sob pena de não ter admiradores actuais, o que lhe pede o próprio espírito, e compradores, o que em regra lhe exigirão as conveniências particulares.

A regra de boa filosofia que nos aconselha a sermos homens do nosso tempo, é uma lei suprema para os artistas, imposta pela própria essência da arte e pelas necessidades anímicas e sociais dos seus cultores.

Assim, a influência do meio social, que se exerce sobre todas as manifestações do espírito humano, actua com maior intensidade nos de ordem estética.

Convém, igualmente, atender à influência do carácter individual do artista, ao seu pequeno meio familiar, ao ambiente das amizades e dos ódios que se forma em volta de nós sempre e mais actua sobre os grandes artistas, em regra, neurasténicos e possessos da nevrose

do génio e do talento. Taine também se refere a este ponto, um pouco ao de leve talvez. Sem a ousadia de o completar, citemos um exemplo curioso e característico, um só para não avolumar esta modesta exposição.

É sabido que no século XVII Sevilha foi um riquíssimo centro de Arte. Na casa de ouro reuniam-se, dia a dia, poetas, prosadores, pintores e escultores, entre eles Cervantes, Quevedo, Murillo, Valdez Leal, Montañez, Herrera e muitos outros. Nesse século a escola espanhola de pintura atingia o maior esplendor. Os chefes da escola sevilhana eram Murillo e Valdez Leal, que aliás é pouco conhecido fora da península a não ser pelos eruditos.

Murillo era um santo homem, modesto e simples no viver, um místico absorto no amor de Deus e da família, artista colossal, criado e feito pelo único esforço do seu génio e pelo amigável auxílio de Velasquez.

Valdez Leal, pelo contrário, era um génio atrabiliário, cheio de emulação ardente a roçar quase pela inveja, ambicioso e enérgico, bom católico decerto porque era perigoso não o ser no século XVII, principalmente em Espanha. Génio tinha-o, não tanto como Murillo; mas o génio transparece nos seus quadros, a nosso ver principalmente no formoso quadro do Bispo morto roído pelos vermes da morte, uma maravilha de perspectiva, de desenho, de cor e de efeitos de luz.

O carácter destes grandes pintores traduz-se nas suas obras. O estilo vaporoso de Murillo, o seu estilo definitivo, oferece as qualidades do seu espírito. Colorido suavíssimo, contornos um pouco vagos, expressões bondosas em assuntos místicos, dão uma

impressão ideal aos seus quadros, dos quais, se o nome se perdesse, se poderiam deduzir as qualidades do espírito do autor.

Valdez Leal tem qualidades extraordinárias, não é duro como João de Castilho, mestre comum dele e de Murillo, nem violento como Herrera; mas sente-se na sua pintura a influência da vontade e o azedume do carácter.

Este exemplo parece-nos ser frisante e podia ser completado com outros, até entre nós e nos tempos modernos...

Expostas estas doutrinas sobre a influência do ambiente, que envolve a evolução da Arte e actua sobre os artistas, convém observar que a acção do mundo exterior tende a diminuir com o desenrolar do progresso. É, talvez, esta uma das causas da espécie de anarquia, que hoje se observa na produção da Arte e nos estilos dos artistas. O excesso de individualismo dá, sem dúvida, liberdade e expansão aos génios; mas o génio é a excepção e a regra o talento.

Podemos, pois, aceitar como demonstrado, que a Arte é evolutiva e as suas fases especiais, os estilos, correspondem a estados do espírito humano, sob a influência das condições particulares da natureza, da sociedade e até do próprio indivíduo.

Apliquemos esta doutrina à Architectura, porque os seus produtos, pela própria grandeza e quantidade, se conservam melhor e se perdem menos, manifestando, assim, menores soluções de continuidade. Limitaremos, por óbvias razões, esta aplicação à Architectura religiosa nos tempos cristãos, o assunto exclusivo deste livro, fazendo, apenas, um breve esquema.

O Estilo Clássico grego, modificando algumas qualidades e ganhando outras, produziu o Clássico Romano.

O espírito do Cristianismo, no Império do Ocidente, obtendo a liberdade e a acção social, apoderou-se do clássico romano, modificou-o, segundo as necessidades religiosas e do culto, gerando o Estilo Latino.

Ao mesmo tempo quase paralelamente, o Cristianismo no Império do Oriente, fundando-se em outros elementos, criava o Estilo Bizantino. Sob a acção do elemento bárbaro, os dois estilos, caminhando para o centro da Europa, se nos é permitida a expressão, encontraram-se, harmonizaram-se, produzindo o Estilo Românico.

As modificações profundas, ocorridas nas sociedades dos séculos XI, XII e XIII, transformaram o Estilo Românico, nascendo o Estilo Ogival, que atravessou três séculos, para a seu turno se transformar, sob a acção poderosa da Renascença.

Os estilos são, pois, elos dessa cadeia de fases architectónicas, que se estende através dos séculos, ligando a inspiração e o trabalho da Humanidade.

Assim, a Arte é a expressão do belo, e o Estilo a forma particular dessa expressão, em determinado período histórico.